

Revista de Antropologia

VOLUMES 30/31/32

1987/88/89

SUMÁRIO

MANUELA CARNEIRO DA CUNHA: Introdução	1	JURANDYR C. F. LEITE: Proteção e incorporação: a questão indí- gena no pensamento político do positivismo ortodoxo	255
N. GUIDON: Potencialidades dos eco- sistemas e complexidade so- cial: aplicação no estudo da pré-história do nordeste	9	ANTONIO CARLOS DE S. LIMA: Os museus de história natural e a construção do indigenismo ...	277
IRMHILD WÜST: A pesquisa arqueoló- gica e etnoarqueológica na par- te central do território Bororo	21	MIGUEL A. MENÉNDEZ: A presença do branco na mitologia Kawa- hiwa: história e identidade de um povo Tupi	331
MARIA CRISTINA M. SCATAMAC- CHIA E FRANCISCO MOS- COSO: Análise do padrão de estabelecimentos Tupi Guarani	37	ROBIN M. WRIGHT: Uma história de resistência: os heróis Baniwa e suas lutas	355
LUIZ MOTT: Conquista, aldeamento e domesticação dos índios Gue- guê do Piauí: 1764-1770 ...	55	ANTONIO PORRO: Mitologia heróica e messianismo na Amazônia seiscentista	383
MARIA HILDA B. PARAISO: Os ín- dios de Olivença e a zona de veraneio dos coronéis de cacau da Bahia	79	RAFAEL J. DE M. BASTOS: Exegeses Yawalapití e Kawayurá da cria- ção do parque indígena do Xingu e a invenção da saga dos irmãos Villas Boas	391
OSWALDO M. RAVAGNANI: Aldea- mentos Goianos em 1750 — os Jesuítas e a mineração	111	PAULO SANTILLI: Os filhos da nação	427
OSWALDO M. RAVAGNANI: Eu te batizo... em nome da servi- dão (a catequese dos Xavante)	133	DOMINIQUE T. GALLOIS: O discurs- so Waiãpi sobre o ouro — um profetismo moderno	457
JOHN M. MONTEIRO: De índio a es- cravo. A transformação da po- pulação indígena de São Paulo no século XVII	151	BEATRIZ G. DANTAS: História de grupos indígenas e fontes es- critas: o caso de Sergipe ...	469
MARIVONE M. CHAIM: Política indí- genista em Goiás no século XVIII	175	PEDRO AGOSTINHO: Para a consti- tuição de um fundo de do- cumentação histórica manuscri- ta sobre índios do Brasil ...	481
EDIR P. DE BARROS: Política indí- genista, política indígena e suas relações com a política expan- sionista no II império em Ma- to Grosso	183	BERTA G. RIBEIRO: Museu e Me- mória: reflexões sobre o cole- cionamento	489
EXPEDITO ARNAUD: O índio e a as- sistência oficial. A história do índio Sabino Apompés Tapajós Mundurukús	225	LUCY SEKI: Apontamentos para bi- bliografia da língua Botocudo/ Borum	511
		COMUNICAÇÕES	537
		NOTICIÁRIO	549
		IN MEMORIAM	559
		BIBLIOGRAFIA	575

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR: — Profº Drº Roberto Leal Lobo e Silva Filho

Vice-Reitor: — Profº Drº Ruy Laurenti

Secretária Geral: — Profª Drª Lor Cury

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: — Profº Drº Adilson Avansi de Abreu

Vice-Diretor: — Izidoro Blikstein

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

Chefe: Profª Drª M. Manuela Carneiro da Cunha

Vice-Chefe: Profª Drª Paula Montero

REVISTA DE ANTROPOLOGIA

Publicação do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Fundada por Egon Schaden, em 1953.

Publicação anual.

Diretor: João Baptista Borges Pereira.

Conselho Editorial: Hunaldo Beiker, Lux Vidal, Liana S. Trindade, Renate Brigitte Viertler, Amadeu D. Lanna, Eunice Ribeiro Durham, José Guilherme C. Magnani e M. Manuela L. Carneiro da Cunha.

Secretário: Renato da Silva Queiroz.

Os autores são responsáveis pelo conteúdo de seus trabalhos.

Revista de Antropologia

Publicação do Departamento de Antropologia — Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas — Universidade de São Paulo.

Volumes 30/31/32



SÃO PAULO
1989

ISSN 0034 - 7701

Revista de Antropologia

REVISTA DE ANTROPOLOGIA

Fundada por Egon Schaden, em 1953.

Publicação anual.

Diretor: João Baptista Borges Pereira

Conselho Editorial: Hunaldo Beiker, Lux Vidal, Liana S. Trindade, Renate Brigitte Viertler, Amadeu D. Lanna, Eunice Ribeiro Durham, José Guilherme C. Mangnani e M. Manuela L. Carneiro da Cunha.

Secretário: Renato da Silva Queiroz.

Os autores são responsáveis pelo conteúdo de seus trabalhos.

De cada artigo se tiram 80 separatas.

INDICE

MANUELA CARNEIRO DA CUNHA: Introdução 1

N. GUIDON: Potencialidades dos eco-sistemas e complexidade social: aplicação no estudo da pré-história do nordeste ... 9

IRMHILD WUST: A pesquisa arqueológica e etnoarqueológica na parte central do território Bororo, Mato Grosso — primeiros resultados 21

MARIA CRISTINA M. SCATAMACCHIA e FRANCISCO MOSCOSO: Análise do padrão de estabelecimentos Tupi Guarani: fontes etno-históricas e arqueológicas 37

LUIZ MOTT: Conquista, aldeamento e domesticação dos índios Gueguê do Piauí: 1764-1770 55

MARIA HILDA B. PARAISO: Os índios de Olivença e a zona de veraneio dos coronéis de cacau da Bahia 79

OSWALDO M. RAVAGNANI: Aldeamentos Goianos em 1750 — os Jesuítas e a mineração 111

OSWALDO M. RAVAGNANI: Eu te batizo... em nome da servidão (a catequese dos Xavante) 133

JOHN M. MONTEIRO: De índio a escravo. A transformação da população indígena de São Paulo no século XVII 151

MARIVONE M. CHAIM: Política indigenista em Goiás no século XVIII 175

EDIR P. DE BARROS: Política indigenista, política indígena e suas relações com a política expansionista no II império em Mato Grosso 183

EXPEDITO ARNAUD: O índio e a assistência oficial. A história de vida do índio Sabino Apompés Mundurukús 225

JURANDYR C. F. LEITE: Proteção e incorporação: a questão indígena no pensamento político do positivismo ortodoxo 255

ANTONIO CARLOS DE S. LIMA: Os museus de história natural e a construção do indigenismo: notas para uma sociologia das relações entre campo intelectual e campo político no Brasil 277

MIGUEL A. MENÉNDEZ: A presença do branco na mitologia Kawahiwa: história e identidade de um povo Tupi 331

ROBIN M. WRIGHT: Uma história de resistência: os heróis Baniwa e suas lutas	355
ANTONIO PORRO: Mitologia heróica e messianismo na Amazônia seiscentista	383
RAFAEL J. DE M. BASTOS: Exegeses Yawalapití e Kamayurá da criação do parque indígena do Xingu e a invenção da saga dos irmãos Villas Boas	391
PAULO SANTILLI: Os filhos da nação	427
DOMINIQUE T. GALLOIS: O discurso Waiãpi sobre o ouro — um profetismo moderno	457
BEATRIZ G. DANTAS: História de grupos indígenas e fontes escritas: o caso de Sergipe	469
PEDRO AGOSTINHO: Para a constituição de um fundo de documentação histórica manuscrita sobre índios do Brasil (proposta de trabalho)	481
BERTA G. RIBEIRO: Museu e Memória. Reflexões sobre o colecionamento	489
LUCY SEKI: Apontamentos para bibliografia da língua Botocudo/Borum	511

COMUNICAÇÕES

Teses e Dissertações em Antropologia Social defendidas na FFLCH/USP — 1981/1986 — Marcia Conceição Sampaio Ferraz	537
Universidade de Brasília — Dissertações de Mestrado defendidas — 1979/1985 — Julio César Melatti	545

NOTICIÁRIO

Atividades do Acervo "Plínio Ayrosa" (D.G. e L.D.B.G.)	549
Pesquisa de campo em Antropologia numa exposição fotográfica (S.C.N. e L.D.B.G.)	557
Biblioteca "Francisca Isabel Vieira Keller" (M.R.S.P.)	558

IN MEMORIAM

Gilberto Freyre: uma lembrança (1900-1987) — Roberto Motta	559
--	-----

ARACY LOPES DA SILVA (Org.): A questão indígena no Brasil. Rio de Janeiro: Aracê, 1978. 272 p.

DEBÉRIO AYTAI: O mundo sonoro. Rio de Janeiro: Aracê, 1978. 277 p.

MANUELLA CARMIRO DA CENHA: Antropologia do Brasil. Rio de Janeiro: Aracê, 1978. 282 p.

MANUELLA CARMIRO DA CENHA: Antropologia do Brasil. Rio de Janeiro: Aracê, 1978. 282 p.

MANUELLA CARMIRO DA CENHA: Antropologia do Brasil. Rio de Janeiro: Aracê, 1978. 282 p.

MANUELLA CARMIRO DA CENHA: Antropologia do Brasil. Rio de Janeiro: Aracê, 1978. 282 p.

MANUELLA CARMIRO DA CENHA: Antropologia do Brasil. Rio de Janeiro: Aracê, 1978. 282 p.

MANUELLA CARMIRO DA CENHA: Antropologia do Brasil. Rio de Janeiro: Aracê, 1978. 282 p.

CONTÍNUO

MANUELLA CARMIRO DA CENHA: Antropologia do Brasil. Rio de Janeiro: Aracê, 1978. 282 p.

MANUELLA CARMIRO DA CENHA: Antropologia do Brasil. Rio de Janeiro: Aracê, 1978. 282 p.

CONTÍNUO

MANUELLA CARMIRO DA CENHA: Antropologia do Brasil. Rio de Janeiro: Aracê, 1978. 282 p.

MANUELLA CARMIRO DA CENHA: Antropologia do Brasil. Rio de Janeiro: Aracê, 1978. 282 p.

CONTÍNUO

MANUELLA CARMIRO DA CENHA: Antropologia do Brasil. Rio de Janeiro: Aracê, 1978. 282 p.

INTRODUÇÃO

Manuela Carneiro da Cunha

(Departamento de Antropologia, USP)

A história dos povos indígenas no Brasil está mudando de figura. Até aos anos 70, os índios, supunha-se, não tinham futuro como tampouco tinham passado. Vaticinava-se o fim dos últimos grupos indígenas, deplorava-se sua assimilação irreversível e sua extinção tida por inelutável diante do capital que se expandia nas fronteiras do país. A ausência de passado, por sua vez, era corroborada por uma dupla reticência, de historiadores e de antropólogos. A reticência dos historiadores era metodológica, a dos antropólogos, teórica. Os historiadores, afeitos a fontes escritas — e escritas por seus atores — hesitavam ainda em pisar nas movediças areias da tradição oral ou de uma documentação sistematicamente produzida por terceiros: missionários, inquisidores, administradores, viajantes, colonos, intermediários culturais, em suma, com interesses próprios e geralmente antagônicos aos das populações descritas. Em tais condições, essas fontes vinham viciadas por distorções, por incompreensões inevitáveis que filtravam e refratavam as informações. Com uma arqueologia ainda por fazer, com ausência de quaisquer monumentos que atestassem grandes impérios, não era tangível a existência de uma história antes de 1500.

A abstenção dos antropólogos, por sua vez, provinha de várias e diferentes fontes teóricas. Havia, já um tanto anacrônica, a velha doutrina evolucionista, para quem os índios não tinham passado por serem, de certa forma, o próprio passado, ponto zero da sociabilidade. Essa teoria, vigorosa no fim do século passado, havia substituído, vale a pena lembrar, outra vigente no começo do século XIX e associada aos nomes de

Buffon e de Cornelius de Pauw, que tinha a peculiaridade de explicitamente ligar a ausência de futuro à ausência de passado para os índios: eles seriam como que a decadência prematura da humanidade, frágeis habitantes de um continente onde nada podia prosperar, onde a infância se ligava diretamente à velhice, sem passar pela maturidade. Assim como não havia grandes mamíferos na América, assim também seus habitantes eram fracos, sem vitalidade e sem porvir.

No período moderno, por sua vez, a reticência dos antropólogos em tratar de história indígena derivava de outras idéias: as funcionalistas e as estruturalistas. Ambas escolas privilegiavam uma análise sistêmica e sincrônica da sociedade (situando-se uma no nível do empírico, outra no nível de uma organização subjacente ao empírico) como chave de sua inteligibilidade. É verdade que Radcliffe-Brown, que nisso se assemelhava aos historiadores tradicionais, renunciava à pesquisa histórica em sociedades ágrafas não por ser irrelevante, mas por ser impossível de ser feita adequadamente. Quanto ao estruturalismo, embora preconizando a história, não via nela um nível de organização comparável ao da sincronia e portanto passível de fornecer uma inteligência das sociedades. A história era sobretudo a ausência de sistema, o imponderável e portanto o ininteligível: acontecimentos que vinha se abater sobre o sistema que procurava resistir-lhe.

Os índios, no entanto, têm futuro: e portanto têm passado. Ou seja, o interesse pelo passado dos povos indígenas, hoje, não é dissociável da percepção de que eles serão parte do nosso futuro. A sua presença crescente na arena política nacional e internacional, sua também crescente utilização dos mecanismos jurídicos na defesa de seus direitos tornam a história indígena importante politicamente. Os direitos dos índios à sua terra, diz a Constituição, são históricos, e a história adquire uma imediata utilidade quando se trata de provar a ocupação. Mas ela tem também um caráter de resgate de dignidade que não se pode esquecer. No Brasil, contrariamente ao México e ao Peru, à falta talvez de civilizações da pedra, exaltou-se o índio desde a Independência, mas não se exaltou sua história. Isto teve vantagens como desvantagens: de certa forma a história indígena ficou virgem, ou quase. E está noiva não de uma ideologia de Estado mas do movimento indígena.

A situação mudou também, tanto na história quanto na antropologia. A história da cultura popular, que floresceu na década de 70, por exemplo, encontrou os mesmos problemas de fontes que afligiam a história das sociedades indígenas: aqui também os documentos eram pouco fiáveis e tinham de ser abordados, na expressão de Peter Burke (1978:77) de

“forma oblíqua”. Esses acessos “oblíquos” à história envolviam por exemplo o método regressivo preconizado por Marc Bloch diante dos impasses do estudo de sociedades rurais. Tratava-se não de uma inferência simplista que suporia que o que se conhece hoje de uma sociedade é o que sempre ocorreu, mas de ampliar o conhecimento sobre períodos mais obscuros dos quais só nos restam fragmentos de informação, conectando tais fragmentos com outros traços com que se ligam em períodos melhor documentados. Por exemplo, o que se conhece hoje das conexões entre chefia e aliança nos grupos carib do escudo das Guianas, permite expandir a compreensão que se tem das revoltas ou das alianças comerciais que ocorreram no século XVIII (Farage, 1986).

Por outro lado, o método comparativo também foi utilizado por historiadores, seja entre sociedades próximas, de uma mesma “área cultural”, seja eventualmente em sociedades distantes no tempo e no espaço, para se entender a articulação interna de certas instituições: os estudos de bruxaria ou os de messianismo foram os mais notórios exemplos da fecundidade desse método.

A história, em suma, diante de objetos não convencionais — classes subalternas, rurais e urbanas, seus movimentos sociais e sua cultura, sociedades ágrafas ou de tradição oral — acabou forjando novos métodos e legitimando novas fontes.

Enquanto isso, na antropologia, renovava-se o interesse pela história, e isto com pelo menos duas problemáticas diferentes: por um lado, tentava-se perceber no desenrolar histórico de povos ágrafos a dialética entre a estrutura e o processo, este não mais visto como um evento que viria incidir e realimentar a estrutura que o digeriria, mas como centelha de movimentos sociais novos (Cunha, 1973) ou como portador de mudanças para a própria cultura (Sahlins, 1981, 1985). Por outro lado, procurava-se perceber, naquilo que propriamente se poderia chamar de etno-história, a significação e o lugar que diferentes povos atribuíam à temporalidade (Rosaldo, 1980; Cunha e Castro, 1986).

ARQUEOLOGIA

A Arqueologia brasileira trouxe literalmente à tona, nos últimos anos, quantidade de novos dados, que alteraram o consenso sobre pelo menos dois tópicos fundamentais: um é a antiguidade do povoamento da América, e do Brasil em particular; outro, a possibilidade de existência, na Amazônia, de densas populações com sistemas políticos centralizados e

hierarquias sociais. Os trabalhos de Niede Guidon mostraram que há cerca de 35.000 anos — muito antes da época em que se supunha que tivessem cruzado o estreito de Bering — chegaram homens ao que é hoje o sudeste do Piauí (vide p. ex. Guidon, neste número). As escavações de Anna Roosevelt na bacia do Orenoco (Roosevelt 1980) e agora em Marajó, puseram em causa as teorias de Steward, Meggers e Evans, Lathrap e Gross sobre as limitações demográficas impostas pelos solos, pela agricultura e pela proteína animal na Amazônia, demonstrando que a existência de cacicatos foi baseada na proteína fornecida pelo milho, na várzea amazônica. Ruiu a idéia de que a Amazônia era o beco sem saída onde teriam vindo degenerar altas civilizações andinas, como afirmava Meggers desde os anos 50. Quanto ao Nordeste, a presença de plantas proteicas, como milho e feijão, no semi-árido pré-histórico, a crescente qualidade da pintura rupestre da Tradição Nordeste que prosperou em São Raimundo Nonato de 32.000 a 7.000 anos atrás, sendo substituída há cerca de 5.000 anos por uma arte menos elaborada, levam no mínimo a considerar possibilidades (senão sociedades) mais complexas para a adaptação do homem ao meio.

A colaboração da arqueologia com a antropologia tem sido um outro aspecto de uma renovação do conhecimento sobre o passado dos povos indígenas. Essa colaboração tem tido duas mãos como fica patente, por exemplo, no artigo de Wust neste número: em um sentido, a arqueologia tem trazido elementos para conhecer o passado de sociedades atuais; na outra mão, a sociabilidade, a demografia ou o uso de recursos naturais por grupos indígenas contemporâneos têm inspirado respostas a questões que já mencionamos e suscitadas pelo material levantado pelos arqueólogos. Dados os sistemas ambientais brasileiros e dadas as técnicas agrícolas usadas, haveria limitações na população que poderia ocupar um certo território? Haveria sistemas políticos hierarquizados nas baixas terras sul-americanas e quais seriam seus indícios? Parece-me no entanto que um dos aportes mais preciosos pelo menos de uma certa antropologia a esses debates é o de sublinhar que as sociedades não são só o que fazem — suas técnicas e seu acervo de recursos naturais — mas também o que pensam que fazem — os modos socialmente partilhados de representarem as relações entre os homens e as relações dos homens com seus recursos naturais, sobrenaturais e culturais. Quando existem fontes sobre sistema social e valores, como é o caso dos Tupinambá, estudados neste número por Scatamacchia e Moscoso, a arqueologia, a história e a antropologia passam a poder se criticar entre si. Mas, na ausência de dados sobre os sistemas de ideais, os arqueólogos de sociedades ágrafas têm, explicavelmente, usado preferencialmente teorias antropológicas materialistas que fazem a economia das representações, considerando-as como (sub)produtos

de determinações adaptativas. O estudo minucioso que Descola fez da economia Ashuar do Equador (1986) mostra no entanto que a interrelação do homem com seu meio é insuficiente sozinha para explicar as formas de ocupação e de uso do território por esse povo jívaro. A demonstração é probante e vale como lembrete geral.

HISTÓRIA INDÍGENA E HISTÓRIA DO INDIGENISMO

Sem dúvida, a história indígena tem duas eras. Como disse Marawê, índio Kayabi do Parque Nacional do Xingu, a história indígena deveria ser bipartida em A.B. e D.B. (Ferreira, 1989), ou seja Antes do Branco e Depois do Branco. Não é acaso, portanto, que esse evento fundante da nova era, tenha sido tão amplamente tematizado pelas sociedades indígenas: a origem do homem branco, sua inserção numa cosmogonia que se esforçava por lhe achar um lugar, a ampliação das fronteiras do mundo social, a explicação de uma desigualdade evidente, todos estes assuntos foram objeto de intensa especulação (vide p. ex. Matta 1970, Menendez e também Bastos, ambos neste número). Essa especulação, toda teórica, serviu frequentemente como um *relais* entre a mitologia A.B. e movimentos sociais importantes, que muitas vezes tomaram a feição de movimentos messiânicos (Cunha, 1973, Melati, 1972, Wright e Hill, 1986). Ocasionalmente, como mostra Porro (neste número), que recua o messianismo amazônico para fins do século XVII, um “branco” de carne e osso foi encarregado de incarnar essa transição. Nem todos os movimentos messiânicos, no entanto, passaram por esse ‘relais’, organizando-se por referência direta à antiga cosmologia (p. ex. Schaden 1959, Métraux 1967, Nimuendaju, e Wright nesta coletânea). Seja como for, a análise destes mitos e destes movimentos fornece chaves essenciais de acesso ao que poderíamos chamar a teoria política indígena D. B.

Fica patente, nessa literatura etiológica do ‘homem branco’, a ênfase na iniciativa indígena: os índios são índios porque negaram-se a ser “brancos”. Optaram pela cuia e pelo arco, como no mito Timbira, ou recusaram-se a serem amansados, como no Kawahiwa. Opção desastrada, talvez, que resultou numa partilha desigual de riqueza e poder — e que certos movimentos messiânicos tentam reverter (Cunha, 1973) — mas que aponta para a idéia dignificante de que os índios são agentes de sua própria história. Aponta também para um monogenismo generalizado: a humanidade foi toda indígena nos tempos primordiais, e os “brancos” não passam de índios metamorfoseados.

A política indígena é portanto — pois é isso que demonstram os estudos a que nos referimos — uma elaboração ativa que permanentemente

articula práticas sociais e cosmologias com situações específicas. A divisão em duas eras, por esclarecedora que seja, tem de ser agora refinada: há várias épocas em cada era, cada uma com estratégias próprias de parte a parte, cada uma com atores múltiplos e diferenciados. Os usos e as interpretações que as sociedades indígenas ou índios individualmente fizeram das situações em que se encontraram (vide Santilli e Arnaud, nesta coletânea) são elucidativos dos processos e dos quiprocós políticos gerados pela dominação.

Quanto à história do indigenismo, foi por muito tempo, confundida com a história indígena: ou seja os índios apareceram frequentemente como vítimas de um processo no qual se supunha que não interviesses como atores. Por sua vez, o indigenismo foi muitas vezes reduzido à legislação que, embora importante e reveladora, não pode ser pensada como a realidade completa. A história do indigenismo não é portanto dissociável da história indígena, simplesmente engloba mais atores.

Quem foram os protagonistas reais da questão indígena nos diferentes períodos da história do Brasil e quais suas peculiaridades?

Há, primeiro, os diversos grupos indígenas, com a característica fundamental de sua autonomia política absoluta. Na ausência de poder centralizado, a conquista, tanto espiritual quanto temporal, só podia se dar de forma atomizada, por pedaços. "Lá", escrevia o jesuíta Manoel da Nóbrega em 1550, referindo-se a Francisco Xavier então nas índias Orientais, "convertem-se impérios. Cá, convertemos almas".

Correlata a esta autonomia, a guerra endêmica, e a possibilidade de alianças estratégicas dos colonos com certos grupos indígenas para escravização dos outros. Estratégia, aliás, de duas mãos, já que, tanto quanto as potências metropolitanas, os índios, até ao Tratado de Madrid em 1750, também souberam usar das guerras européias para se aliarem, segundo suas conveniências e oportunidades, seja aos portugueses, seja aos franceses, holandeses ou espanhóis.

De um lado, portanto, uma multiplicidade de células políticas, de outro, estados fortes, mercantis ou francamente coloniais que, a partir da segunda metade do século XVIII, consolidam suas fronteiras, reduzindo-se a um único Estado, o português, ao qual sucede, em 1822, o Estado Brasileiro.

Até à época pombalina, portanto, os agentes da política indigenista eram múltiplos: além dos diferentes estados europeus, os interesses di-

versos e frequentemente divergentes de moradores da colônia e de missionários, sobretudo jesuítas — cuja política, senão os resultados práticos, seguiam uma lógica independente —, criavam um campo de tensões que se refletem na legislação oscilante da época: segundo o peso específico, no período, de colonos ou de missionários, a Coroa promulgava a liberdade irrestrita dos índios ou arrolava os casos “excepcionais”, (exceção que se tornava imediatamente a regra) em que podiam ser legalmente escravizados. A violência da prática é ilustrada pelo artigo de Luís Mott, neste número da *Revista de Antropologia* sobre os índios Gueguê do Piauí, ao longo do século XVII.

Com a consolidação das fronteiras seguida da expulsão dos jesuítas na década de 1750, o campo se restringe (vide Chaim neste número, para a análise do caso de Goiás). A vinda da Corte portuguesa para o Brasil em 1808 e a Independência do Império em 1822 só ratificam a estreita vinculação dos interesses dos colonos com o poder Central. A partir desse período, a questão indígena que havia sido principalmente até então uma questão de mão-de-obra e de garantia de fronteiras, passa a ser sobretudo uma questão de ocupação de fronteiras internas, ou seja de ocupação de territórios (vide Paraíso e Barros, neste número).

O fim do século XIX e início do século XX, tratados nos artigos de Lima e de Leite, marcam um período de renovação teórica e política em relação aos índios que tem merecido grande atenção. Ainda está por fazer, no entanto, a história crítica das grandes agências indigenistas do século XX, o SPI e a FUNAI. Para que seja feita, há que se ter acesso a arquivos até hoje muito pouco acessíveis a pesquisadores.

*
* *
*

Com exceção dos artigos de Ravagnani, todos os outros artigos desta coletânea foram originalmente apresentados em sessões do Grupo de Trabalho “História Indígena e do Indigenismo” da Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) nos seus primeiros três anos de existência. Vários trabalhos de outros autores também apresentados nesse contexto foram publicados em outras revistas ou coletâneas.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter — *Popular Culture in Early Modern Europe*, Cambridge University Press, 1978.

- CUNHA, Manuela Carneiro da — “*Logique du mythe et de l’Action. Le mouvement messianique Canela de 1963*”. *L’Homme* vol. XIII, 1973, nº 4: 5-33.
- CUNHA, Manuela Carneiro da, e CASTRO, Eduardo Viveiros de — “Vingança e Temporalidade: os Tupinambá”. *Journal de la Société des Américanistes*, 1987.
- DESCOLA, Philippe — *La Nature Domestiques symbolisme et praxis dans l’écologie des Achuar*. Paris ed. de la Maison des Sciences de l’Homme, 1986.
- FARAGE, Nádia — *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Unicamp, dissertação de mestrado, mimeo., 1986.
- FERREIRA, Mariana K. L., — “Discursos no Parque Indígena do Xingu”, ms. 1989, 15 pp.
- MATTA, Roberto da — “Mito e Anti-Mito entre os Timbira”, in *Mito e Comunicação*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970.
- MELATTI, Julio Cesar — *Messianismo Krahó*. São Paulo, Herder, 1972.
- ROOSEVELT, Anna Curtenius — *Parmana. Prehistoric Maize and Manioc Subsistence along the Amazon and Orinoco*. New York, Academic Press, 1980.
- ROSALDO, Renato — *Ilongot Headhunting 1883-1974: a study in society and history*. Stanford University Press, 1980.
- SAHLINS, Marshall — *Historical metaphors and mythical realities: Structure in the early history of the Sandwich Islands kingdom*. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1981.
- SAHLINS, Marshall — *Islands of History*. Chicago, the University of Chicago Press, 1986.
- SCHADEN, Egon — *A mitologia heróica de tribos indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro, MEC, 1959.
- WRIGHT, Robin M. e HILL, Jonathan — ‘History, Ritual and Myth: Nineteenth Century Millenarian Movements in the Northwest Amazon’. *Ethnohistory*, 1986, 33(1): 31-54.

REFERÊNCIAS